

Sobre Reformas e Choques: Uma Arqueologia Ideológica do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Autor: Danilo Cesar Fiore – mestrando em Ciência Política (DCP/FFLCH/USP);
daniiofiore@gmail.com

Trabalho preparado para apresentação no V Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 04 a 08 de Maio de 2015.

Resumo

Tema recorrente na crônica política e na parca literatura acerca do partido, o possível movimento do PSDB rumo à direita – de ala progressista dissidente do PMDB em 1988 ao governo com viés liberal e ladeado pelo PFL em 1995 – permanece como questão em aberto. Teria o partido passado por *aggiornamento* semelhante ao dos partidos social-democratas dos países desenvolvidos (Bresser, 1997) ou seu percurso é menos errático, se observados os aspectos iniciais de seu nascimento (Roma, 1999)? Neste trabalho, buscaremos identificar aspectos ideológicos do partido tucano quando de sua formação a partir da análise de documentos históricos e de falas de suas principais lideranças. Buscaremos demonstrar que, ao encontro da hipótese de Roma (1999), há coerência entre as ideias inicialmente defendidas pelo partido e sua trajetória política posterior.

Introdução

O estudo das origens e características seminais dos partidos políticos é tema clássico da literatura em ciência política¹. Obras fundamentais acerca dos sistemas partidários modernos enfatizam a relevância de aspectos da fundação de uma agremiação para a compreensão de seu percurso posterior (DUVERGER, 1980; PANEBIANCO, 2005).

Quando a criação de um partido se mescla com episódios essenciais do panorama social e político de uma comunidade, este “retorno” às origens reveste-se de importância ainda maior. Com efeito, a criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é indissociável da configuração das bases institucionais do sistema político brasileiro vigente – oriundo sobremaneira da Constituição Federal de 1988, mesmo ano de criação do partido – e das profundas mudanças pelas quais a economia brasileira atravessou neste período – a saber, a crise do que se convencionou chamar de *nacional-desenvolvimentismo* e a aceleração do processo de globalização da economia internacional.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o projeto político-ideológico do PSDB nos primeiros anos de sua fundação. O interesse de tal “arqueologia” é verificar quais os elementos essenciais do projeto político permanecerão ao longo de sua trajetória, seja nos anos em que esteve à frente do governo central (1994-2002), seja enquanto polo principal de oposição em nível federal no período recente. Teria o PSDB mantido coerência programática ao longo de sua trajetória? Passados mais de vinte e cinco anos, quais aspectos de sua formação são ainda relevantes e podem ser identificados ainda hoje na formulação programática do partido?

Para tanto, analisaremos a bibliografia acerca da agremiação – ainda incipiente, segundo Juarez Guimarães (2009), a despeito da grande importância do partido tucano – e posicionamentos advindos de lideranças ou documentos partidários nos primeiros anos de sua fundação. Em termos documentais, foram analisados materiais de divulgação partidária e relatos históricos acerca da fundação do partido. A análise dos discursos das lideranças, por sua vez, está baseada em entrevistas de alguns dos principais líderes do partido (Fernando Henrique Cardoso, Mario Covas, José Serra e André Franco Montoro) ao programa Roda Viva, da TV Cultura, nos anos de 1987 a

¹ Para uma visão panorâmica da literatura em partidos, ver AMARAL (2013).

1993². Além disso, foram consultados também discursos proferidos em momentos-chave, como na própria fundação ou no lançamento da candidatura de Mario Covas à presidência em 1989.

O trabalho está dividido em 3 seções, para além desta introdução. Na primeira, abordaremos brevemente trabalhos acadêmicos referentes ao PSDB, com foco para a questão programática do partido. Em seguida, serão analisadas as propostas e questões trazidas pelo PSDB no bojo de sua criação, verbalizadas por meio de algumas de suas principais lideranças. Ao final, considerações acerca da comparação entre o projeto inicial do partido tucano e sua trajetória recente.

Um Partido Que Flutua?

Tema recorrente na crônica política e na parca literatura acerca do partido, o possível movimento do PSDB rumo à direita – de ala progressista dissidente do PMDB em 1988 ao governo com viés liberal e ladeado pelo PFL em 1995 – foi analisado por Celso Roma (2002) menos como uma ruptura ideológica e mais como evento “natural”, dada o processo de formação do partido.

O autor vai de encontro a análises da época, que identificavam um duplo movimento do PSDB: o afastamento do PMDB ter-se-ia dado por razões ideológicas e programáticas (a crítica ao governo conservador peemedebista e ao comportamento fisiológico e paroquialista de suas lideranças, como o então governador paulista Orestes Quércia), ao passo que a aliança com o PFL em 1994 seria fruto do pragmatismo eleitoral do partido (a capilaridade e a relevância política pefelista teriam permitido a vitória eleitoral em 1994, ainda que com a perda de tessitura ideológica da coalizão governista).

O autor, porém, interpreta estes episódios de maneira inversa: a dissidência do PSDB em relação ao PMDB em 1988 seria menos por razões ideológicas e mais pela disputa por espaço no próprio governo Sarney (do qual os dissidentes encontravam-se alijados), aliada a uma expectativa de poder frente às eleições presidenciais que se avizinhavam. Já a aliança com o PFL seria menos uma concessão ideológica pragmática

² No Anexo I deste trabalho, inserimos um quadro com as entrevistas consultadas e a data das mesmas – as quais se enquadram, cronologicamente, nos cinco primeiros anos do partido (até 1992), além de uma entrevista de José Serra do final de 1987. Todas as transcrições estão disponíveis no portal do projeto “Memória Roda Viva” (<http://www.rodaviva.fapesp.br>), desenvolvido conjuntamente pela Fundação Padre Anchieta / TV Cultura, Fapesp e Unicamp (NEPP e LabJor).

para a vitória eleitoral e mais um episódio coerente com propostas do programa partidário tucano e o conjunto de valores professados por seus dirigentes e filiados.

Com relação ao programa, o autor faz uma síntese das propostas peessedebistas, as quais revelam um caráter reformista e de forte componente liberal³. Sobre os quadros partidários, o autor utiliza-se de dados de um survey de 1997, o qual identificou proeminência de identificação com valores “liberais” ou de “direita” e egressos oriundos em proporções semelhantes da Arena e do MDB (partidos de sustentação e oposição, respectivamente, ao Regime Militar).

Identificar estas possíveis “tendências” ideológicas iniciais será o objetivo da próxima seção.

Um Partido por si Próprio: Discursos e Propostas Tucanas para o Brasil

A partir da análise de discursos, documentos internos e entrevistas dos principais expoentes do PSDB quando de sua formação, elaboramos uma pequena síntese com os temas recorrentes e de maior relevância expressos na fundação do partido. A análise conjunta destas propostas se deve pelo fato de que todas, a nosso ver, respondem a um mesmo pano de fundo de reformas modernizadoras do Estado brasileiro, com reflexos no próprio modelo de desenvolvimento nacional.

Parlamentarismo e Estabilidade

Questão de suma relevância ao longo da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), a escolha do regime de governo e do formato das instituições democráticas brasileiras esteve no centro da fundação do PSDB por meio da defesa enfática do parlamentarismo (PSDB; 1988).

Para José Serra, o parlamentarismo evitaria o confronto inevitável entre Legislativo e Executivo e corresponsabilizaria o Parlamento nas decisões governamentais, o que diminuiria o fisiologismo nas interações entre presidente e parlamentares:

³ Neste aspecto, o debate acerca dos fundamentos teóricos e normativos da social-democracia é central para esta análise, mas não será aprofundado nesta oportunidade. A própria definição de social-democracia propugnada por Fernando Henrique (1990) parece fortemente influenciada pelo *aggiornamento* social-democrata europeu do final do séc. XX, com as reformas liberalizantes protagonizadas pelos partidos alinhados ao programa da Terceira Via. Neste sentido, Bresser Pereira (1997) também coloca o PSDB na centro-esquerda, mas alinhado a um programa de “um partido contemporâneo, (...) que sabe que o mundo mudou (...), e que é preciso, diante dessas mudanças, responder com políticas novas”.

“O parlamento tende a se tornar um poder não responsável por aquilo que está acontecendo, aplaude quando dá certo, ataca quando dá errado. Até mesmo em uma questão de despesa, quer que aumente despesa, quer que abaixe imposto. Digamos que diminua o déficit ao mesmo tempo, ou seja, eu aumento despesa, abaixo imposto e quero comprimir o déficit. Por quê? Porque eu não assumo, eu não sou coresponsável (...). Então, a única maneira de se ter uma participação responsável do parlamento, que ao mesmo tempo não castre o executivo - porque hoje o desejo de participar do parlamento é tal que muitas vezes quer se assumir tarefas que são próprias do executivo. Um presidencialismo castrado é a pior coisa que existe. Os diversos ministros vão ter que ir toda semana ao parlamento. A oposição vai ter que se preparar melhor (...). E dentro do presidencialismo, como existe esse divórcio, a única maneira do governo ter apoio dentro do parlamento passa a ser a manipulação fisiológica (...)”⁴

Em outra entrevista, Serra aponta também a questão do voto distrital:

“O parlamentarismo é para melhorar o Congresso, assim como o voto distrital. Você pode estar certo que ele é mais incômodo para o pessoal fisiológico”.

Também Franco Montoro colocou a questão em termos de combate ao fisiologismo e qualificação da agenda programática do governo:

No presidencialismo, o poder é pessoal e as decisões são tomadas com portas fechadas, o poder do presidente é praticamente absoluto, isso facilita a negociação. O deputado se entende com o presidente, que distribui os cargos. (...) O parlamentarismo é um regime de programas. (...) O [parlamentarismo] assegura o reconhecimento de uma coisa nova, é uma espécie de "gabinete sombra", assegura ao ministério de oposição todos os direitos de informação, para tornar a crítica mais competente e responsável. (...) É preciso lembrar o seguinte: é muita coincidência todos os países da Europa serem parlamentaristas estáveis e terem se desenvolvido. Todos os países da América Latina, instáveis e com ameaças de golpes, são presidencialistas”.

⁴ Para todas as citações não referenciadas desta seção, ver Nota 1 da Introdução.

Por fim, Fernando Henrique Cardoso, de maneira didática, aponta as principais distinções que, a seu ver, tornam o parlamentarismo um regime de governo melhor:

“(...)No parlamentarismo o Congresso é solidário ao executivo. Ele não pode fazer o que hoje pode. Hoje, o Congresso deixa: ‘ah, isso é problema do executivo’, e não tem responsabilidade nenhuma, é até um “torço contra”. Então, a maioria atual é sempre uma maioria precária, e sempre está até com capacidade de pressionar e até mesmo de chantagear o executivo. No parlamentarismo, não, porque se cai o executivo, conforme a queda dele, também cai o Congresso, também a Câmara é dissolvida. Então, tem um remédio muito forte para que haja uma conduta mais responsável. E dois: essa responsabilidade se manifesta não só no ato de escolher o primeiro-ministro e aprovar o gabinete, mas na de sustentar a política do gabinete, porque senão cai. Hoje, acho que nós estamos no pior dos mundos, porque o Congresso pode ser levado à demagogia fácil, porque ele não paga preço nenhum.

Vê-se, assim, que a defesa do parlamentarismo baseia-se na necessidade de uma “evolução institucional” – por assim, dizer – da política brasileira, livre das barganhas fisiológicas, chantagistas e demagógicas de um parlamento “irresponsável”. O próprio PSDB seria, neste contexto, uma novidade política, por sua forma distinta de representação de interesses (conforme se verá no tópico a seguir) e seu papel estabilizador da democracia, dada sua preocupação com a formulação institucional do regime político.

Sobre este último aspecto, Fernando Henrique Cardoso apresenta distinção interessante entre sua agremiação e o Partido dos Trabalhadores (PT) no período:

“Esse partido [PSDB], ao meu ver, tem que ser um partido da institucionalização da democracia. Diferente de outros. Há um outro partido simpático, que despertou muito interesse em São Paulo, que foi o PT. Mas o PT nunca foi um partido preocupado com a construção da instituição. Ele sempre foi muito mais preocupado com o movimento. Colocar temas novos. Nós temos que ser um partido que está preocupado em construir regras. Regras de como você vai fazer funcionar essa Constituição que aí está, que melhore o bem estar da população”.

Em todas as entrevistas consultadas, o problema da estabilidade – política e econômica – é realçado pelos os sabatinados. Se é certo que o a conjuntura de final dos anos 1980 exigia posicionamento das lideranças frente a questão (haja vista a crise econômica renitente, a inflação galopante crônica e os embates da Constituinte), é interessante notar que este fator é reconhecido como um grande legado para o próprio partido. De acordo com Raul Christiano⁵ (2003), o maior legado do governo FHC foi a conquista da estabilidade. Aécio Neves, por exemplo, citou em seu discurso de lançamento como candidato a presidência da República que foi o “compromisso do PSDB com a democracia e a liberdade (...) que nos legou o país moderno e promissor que somos hoje. (...) Nenhum outro governo na história recente (...) deixou bases tão sólidas para que o país pudesse avançar como o governo do PSDB”⁶.

Reforma do Estado, Choque de Capitalismo e Corporativismo

O tema da reforma do Estado tem destaque no programa partidário do PSDB. A criação, no governo FHC, de uma série de agências e propostas institucionais voltadas especificamente para essa questão – como o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), a Câmara de Reforma do Estado e o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado⁷ – dão mostras da relevância deste temário. Já em seus primórdios, a questão da reforma era colocada pelas lideranças do partido. Em linhas gerais, tratava-se de privatizar áreas não estratégicas, reorganizar os mecanismos institucionais da Administração federal e repactuar os mecanismos de interação entre o Estado e a sociedade civil.

Mario Covas retoma algumas questões de seu célebre discurso acerca do “choque de capitalismo”⁸ em sua sabatina:

⁵ Membro fundador do partido em São Paulo, foi candidato a deputado federal em 2002 e 2010. É atualmente Secretário de Cultura em Santos. Seu livro acerca das origens do PSDB reveste-se, portanto, de certo caráter “oficial” – até mesmo pela edição, patrocinada pelo Instituto Teotônio Vilela (órgão de formação do PSDB). Demanda leitura crítica, sem prejuízo de achados importantes sobre fatos históricos da formação do partido e sua própria narrativa acerca dos caminhos trilhados pela agremiação.

⁶ Disponível em <http://www.psd.org.br/aecio-neves-convencao-nacional-psdb-2014-sao-paulo-trechos-discurso/>

⁷ Criado em 1995, o MARE foi conduzido por Luiz Carlos Bresser Pereira ao longo do primeiro mandato de FHC e produziu, além do Plano Diretor citado, uma série de estudos e propostas de reforma do Estado brasileiro – dentre as quais, destaque-se o modelo de gestão por meio de organizações sociais. Ver, a esse respeito, BRASIL (1995; 1997).

⁸ Trata-se do famoso discurso do então senador Covas de 1989, quando aceita a indicação de seu nome à postulação presidencial daquele ano. Disponível em <http://www.fundacaomariocovas.org.br/mariocovas/pronunciamentos/desafio-presidente/>.

“(...) E acho, por outro lado, que ao par de fazer, de reformular o Estado, de repensar o estado, de redirecionar o Estado, de buscar eficiência do Estado, não apenas o Estado gestor, mas o Estado administrativo, ao mesmo tempo que isso acontece, é preciso afastar uma série de coisas que entravam a modernização do nosso capitalismo. Gente, modernizar neste país hoje é modernizar o capitalismo que está aí, não é nenhuma revolução à vista, há um capitalismo que precisa ser modernizado”.

José Serra também aponta para a necessidade de uma reforma profunda do Estado brasileiro, sobretudo em sua relação com os interesses corporativos representados:

“No caso empresarial, você tem dezenas de coisas, porque, em geral, o empresário é a favor de cortar o gasto público do vizinho. O Adam Przeworski, que é um cientista [político] genial (...) escreveu um artigo que, ao ser traduzido para o português, levou um título que não era original, mas que dizia o seguinte: ‘Ame a incerteza e seja um democrata’⁹. Você percebe a profundidade dessa frase? No Brasil, no entanto, o que existe é “Ame a incerteza dos outros e seja um democrata”. Todo mundo tem paixão pela incerteza alheia, mas para si não. É o negócio de verbinha vinculada, está certo? Corta-se o gasto público em todos os lados menos no seu!”.

Por fim, a questão é também abordada por Fernando Henrique, que estabelece uma conexão entre as reformas e a estabilidade:

“O Estado brasileiro – e por Estado, aqui, eu digo a União, os estados, os municípios, ou a maioria deles – está falido. E eu acho muito estranho que, estando falido o Estado... Portanto não pode haver credibilidade de moeda, não tem como controlar a inflação, porque moeda hoje é a expressão da crença que se tem no Estado (...). Então não tem como segurar a inflação. Mas se o Estado está falido, [isso] significa que nós temos que definir de novo como nós vamos financiar esse Estado, e que Estado, para que esse Estado, qual é o tamanho desse Estado, em que áreas ele vai entrar”.

⁹ Trata-se de artigo em que Przeworski (1984) analisa, sob abordagem institucionalista, os desafios e perspectivas para a consolidação da democracia nos países em transição de regimes autoritários.

Faz também apontamentos interessantes sobre a mediação de interesses, inclusive com uma distinção curiosa entre seu partido e outras agremiações no que tange à filiação social-democrata:

“ENTREVISTADOR: Senador, (...) queria que o senhor dissesse que diferenças há entre a social-democracia do PSDB, seu partido, e a do PDT, do Leonel Brizola.

FHC: Não sei por que ele não perguntou do PT também, que está cada vez mais social democrático.

ENTREVISTADOR: Mas pelo menos não se diz social-democrata.

FHC: Eu estive em uma reunião em Paris agora com o Lula, no Partido Socialista francês, e ele mandou a mesma carta que eu (...), pedindo para ser observador nas reuniões da Internacional Socialista, de modo que eu acho que há uma convergência crescente. (...). Veja, há diferenças, apesar disso, entre todos esses partidos. No caso do PDT, embora o PDT tenha uma filiação expressa social democrática, o PDT é um partido que está muito ligado à tradição do PTB, de um certo nacionalismo, com a defesa intransigente do estatismo e, até certo ponto, uma defesa corporativista. Isso não é válido para o PT nem para nós. Nós não temos essa mesma visão que tem o PDT. Isso se vê não nas palavras, mas no voto, na hora de votar medidas concretas no Congresso. O voto fica muito diferenciado. Geralmente, o PDT apóia tudo que é medida de um nacionalismo visto à luz dos anos 50, eles votam a favor”.

Vê-se, desse modo, que a ênfase reformista possui diversas facetas, alinhadas pelo mesmo substrato de modernização e superação de uma etapa da história brasileira¹⁰. Conforme veremos no tópico seguinte, este pano de fundo reformista “para dentro” (ou seja, interno ao Estado) conecta-se a um discurso em defesa de um novo modelo de desenvolvimento brasileiro.

Um Projeto de Desenvolvimento: Superação do Atraso e Inserção Internacional

¹⁰ Neste sentido, o discurso de despedida de FHC do Senado, dias antes de assumir a presidência da República, é cristalino: “Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas - ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista”. (CARDOSO, 1995).

Há poucos dias de assumir como supremo mandatário, o presidente eleito e então senador Fernando Henrique Cardoso proferiu um célebre discurso de despedida que sintetizava seu plano de governo (CARDOSO, op.cit.). Em linhas gerais, as “bases do novo modelo de desenvolvimento” assentavam-se nos seguintes pilares: estabilidade macroeconômica; abertura da economia; nova relação entre Estado e mercado (de um Estado produtor para um Estado regulador); constituição de infraestrutura econômica e social, ancorada em privatizações para ganhos de eficiência administrativa e diminuição da dívida pública¹¹.

Quando da fundação do partido, alguns elementos deste programa já se delineavam nas falas dos dirigentes partidários. O próprio Fernando Henrique, ainda em 1988, citaria a imprescindibilidade da abertura da economia:

“Estão confundindo um certo arcaísmo com interesses do Brasil. O que é o arcaísmo? O arcaísmo é pensar que você, hoje, quando tem uma Europa integrada e integrando-se economicamente à União Soviética (...) Os Estados Unidos com o Canadá e até o México entrando num outro bloco importante. O Japão com o Sudeste da Ásia. A China. Grandes pólos que se integram e que levam à dinâmica do crescimento econômico – e o Brasil, se pensar como se ele fosse um grande Camboja. Isso é arcaico. Isso não é nacionalismo, isso é atraso. Nacionalismo é você se perguntar qual é o interesse do seu país nesse processo. (...) Nós temos que saber como é que nós damos as regras [gesticulando]. Nós não podemos ficar na posição de imaginar, como nos anos de 1950, de que é possível acreditar num desenvolvimento autônomo do Brasil. Não é possível. (...) O nosso empresariado, que modernizou tanto dentro da fábrica, não moderniza na sociedade. Não moderniza. (...) Preferem um governo levemente corrupto do que correr o risco de um governo democrático, que tenha apoio popular”.

FHC também cita as importantes mudanças no panorama internacional, e seu receio que o Brasil fosse marginalizado nas novas cadeias de produção capitalista:

¹¹ “Resumindo: estabilidade macroeconômica assentada na disciplina fiscal e monetária, com a continuidade do Plano Real; integração da economia brasileira ao mercado mundial; preponderância da iniciativa privada no setor produtivo, acompanhada pelo reforço dos instrumentos de regulação do Estado; constituição de uma infra-estrutura econômica e social moderna através de novas formas de parceria entre Estado, empresa e comunidade”. (Idem, op. cit. p. 23).

Houve uma mudança na organização da produção. A linha de produção, o taylorismo e o fordismo, que foram a espinha dorsal da organização da economia moderna, estão dando lugar ao que eles chamam lá de organização enxuta, ou então a produção em massa flexível, em que você dá muito maior responsabilidade ao trabalhador direto e o qualifica mais (...). O que é o mundo moderno hoje? É empresa, mas empresa no sentido amplo, quer dizer, é organização, mais ciência e tecnologia, mais criatividade e, portanto, liberdade. (...) Então, isso mudou o mundo, e o Brasil ainda pensa que ainda hoje depende de ter riquezas naturais e mão-de-obra barata. Esses são dois elementos muito pouco importantes para o futuro. A mão-de-obra barata é negativa, não é positiva; foi positiva antes, em um certo tipo de exploração, hoje não. Hoje, em grande medida, ela é inempregável e não é mais nem explorável, fica à margem, isso está acontecendo no mundo. Vários setores da humanidade estão ficando à margem. Nós não estamos ainda à margem, mas corremos o risco de ficarmos desimportantes, nem para sermos explorados, porque hoje a exploração se faz de outra maneira, não é nessa base. (...) Então, o Brasil ficou para trás em tudo isso na década de 80, desde 70, que deu um grande salto, mas antigo, baseado em um tipo de industrialização pesada: aço, esse tipo de coisa, e ainda na forma antiga de exploração capitalista. Hoje não; nós ficamos para trás. Nós não entendemos que é preciso comerciar, e hoje o comércio mundial cresce acima do produto bruto mundial. Há maior relação de trocas do que o próprio produto bruto interno. Nós aqui ainda fazemos uma oposição antiga entre externo e interno, como se para crescer o mercado interno não pudesse ter o externo. É o contrário: tem que haver uma exportação para poder melhorar o nível de vida e para poder também haver o mercado interno. Nós ainda não vimos isso.

Mario Covas também cita as necessidades de um novo modelo de desenvolvimento social, com ecos prévios ao “choque de capitalismo” que futuramente prescreveria:

“E acho (...) que ao par de fazer, de reformular o Estado, de repensar o estado, de redirecionar o Estado, de buscar eficiência do Estado, não apenas o Estado gestor, mas o Estado administrativo, ao mesmo tempo que isso acontece, é preciso afastar uma série de coisas que entravam a modernização

do nosso capitalismo. Gente, modernizar neste país hoje é modernizar o capitalismo que está aí, não é nenhuma revolução à vista, há um capitalismo que precisa ser modernizado”.

Com relação às privatizações, há nuances interessantes. Todos colocam-se favoráveis à privatização em alguma medida, por razões que vão da insuficiência fiscal do Tesouro para investimentos à crítica ao papel intervencionista do Estado em certos setores da economia – Covas, por exemplo, cita a “barbaridade” de um hotel público. São também citadas, sobretudo por Serra, as distorções econômicas causadas pelas estatais por meio de subsídios indiretos e represamento de preços para controle inflacionário¹².

Considerações Finais: Persistências ou Rupturas?

Na Introdução, mencionamos que o estudo das origens partidárias (em termos organizativos e programáticos-ideológicos) é pilar dos mais importantes na literatura em ciência política. Com efeito, a busca pela “pedra fundamental” das agremiações é marca constitutiva de obras clássicas acerca dos sistemas partidários nas democracias modernas nos países desenvolvidos¹³.

Os partidos políticos, porém, não são autômatos: a inserção dos mesmos nos embates inerentes aos sistemas partidários, bem como mudanças de conjuntura de maior envergadura, afetam decisivamente a trajetória, os projetos e as estratégias políticas de uma agremiação. A mais recente literatura neoinstitucionalista¹⁴, por exemplo, aponta a importância das dinâmicas interativas entre as agremiações e sua atuação junto ao Estado para a compreensão do papel dos partidos nas democracias modernas. Seria possível, assim, listar uma série de fatores que afetam de maneira decidida a atuação dos partidos, oriundos das mais diferentes matrizes teóricas: possíveis alterações na interação de classes sociais, efeitos da configuração institucional do sistema político (tais como sistemas eleitorais, arranjos federativos e sistemas de governo), entre outras.

¹² Por questão de espaço, não nos aprofundaremos em algumas divergências interessantes encontradas na comparação de discursos. Serra, por exemplo, coloca-se favorável à ampla privatização do setor siderúrgico, ao passo que Covas faz uma defesa veemente da Cia. Vale do Rio Doce (privatizada, afinal, em 1997).

¹³ O estudo clássico de Michels (1982), por exemplo, foi baseado na constituição do partido social-democrata alemão.

¹⁴ Amaral (op. cit) elabora síntese das tendências recentes em estudos partidários na literatura, bem como aponta algumas lacunas a serem preenchidas na análise de partidos no Brasil.

Assim, analisar a trajetória de um partido a partir de suas origens exige cuidado analítico redobrado, de forma que o estudo não se reverta de anacronismo¹⁵. Por outro lado, o estudo dos princípios seminais e do projeto fundacional de uma instituição política pode propiciar achados importantes sobre sua trajetória em relação ao contexto que a cerca, bem como sobre sua própria capacidade de implementar os objetivos a que se propôs.

Com referência ao PSDB, uma das questões mais relevantes quando do nascimento do partido parece ter sido superada definitivamente. A derrota do parlamentarismo no plebiscito de 1993 e a legitimidade das eleições presidenciais posteriores eliminaram da agenda – ao menos por ora – a questão da forma de governo nacional¹⁶. Mesmo após as manifestações de junho, em que o tema recorrente da reforma política ganhou novo fôlego, não foram apresentadas propostas no sentido de modificar o regime – destaque-se a mensagem ao Congresso enviada pela presidenta Dilma Roussef, que versou basicamente sobre mecanismos de financiamento, sistema eleitoral e votações congressuais (BRASIL, 2013).

O próprio partido tucano atualizou seu programa neste sentido:

“Preocupado em aperfeiçoar a democracia, o PSDB nasceu parlamentarista. Continuamos parlamentaristas, embora reconhecendo que o parlamentarismo não está na ordem do dia desde que o plebiscito de 1993 manteve o presidencialismo” (PSDB, 2007, p. 19).

¹⁵ Algo como dizer, a despeito do lugar comum e parodiando o clássico axioma de Marx, que os partidos fazem a história, mas não a fazem como querem. Sobre o *aggiornamento* do PSDB (e de outras agremiações alinhadas à social-democracia), ver a nota 3. A frase lapidar de Fernando Henrique em entrevista não tão recente parece revela as dificuldades (intelectuais e políticas) de se lidar com certo dilemas ideológicos: “O que houve não foi uma ruptura epistemológica no meu trajeto intelectual, mas uma ruptura ontológica no mundo” (SALLES, 2007). O autor da referida reportagem cita ainda que “o neoliberalismo é uma espécie de assombração que ele [FHC] se vê forçado a exorcizar a cada entrevista” (idem).

¹⁶ Vale aqui uma pequena digressão sobre este tema, que tanto mobilizou a ciência política brasileira no final do século XX. Para além da derrota no plebiscito, o vaticínio de crise de governabilidade atávica previsto por alguns intelectuais entusiastas do parlamentarismo não se concretizou (LAMOUNIER, 1992; AMES, 2003). Assim, também a realidade empírica da capacidade governativa do regime parece ter superado – ao menos por ora – a discussão do melhor regime de governo para a estabilidade. Ver, sobre este aspecto, FIGUEIREDO & LIMONGI (1999).

Por outro lado, o partido defende a reforma política para adoção do voto distrital – algo que o diferencia de seu principal adversário, o PT, que advoga o voto proporcional em lista fechada¹⁷. O programa tucano é contundente a este respeito:

O sistema proporcional com lista fechada ou preordenada, em que o eleitor vota somente no partido, e não num candidato, acabaria com alguns desses problemas mas criaria outro: a possibilidade de manipulação das eleições por cúpulas partidárias com controle sobre as convenções que decidiriam a ordem dos candidatos na lista, logo suas chances de eleição. (op. cit., p. 20).

Mais relevante do que a fórmula institucional é compreender as clivagens subjacentes a cada escolha. Ambos – PSDB e PT – defendem o fortalecimento dos partidos, mas por razões distintas. Para o PT, a importância dos partidos se deve ao fato de que “(...) eles estão no centro do debate democrático e tem capacidade de *agregar em torno de si* todas as discussões relativas aos *movimentos populares*”¹⁸. O PSDB, por sua via, critica o sistema vigente por este gerar “(...) dependência dos candidatos em relação aos ‘grandes eleitores’ – empresas, sindicatos, igrejas, grupos econômicos ou políticos (...)” (idem; grifos do autor). A defesa do voto distrital, assim, se deve ao fato de que este “(...) ancora a representação política num local determinado [e] encurta a distância entre *representantes e representados*. (...) Leva os partidos a se enraizarem por todo o país, fortalecendo-se *sem se subjugar a caciques ou ‘máquinas’ partidárias.*” (Idem; grifos do autor).

Vê-se, assim, uma distinção didática entre as concepções da representação partidária: pelo lado petista, a defesa dos partidos enquanto agregadores dos anseios coletivos; já pelo lado tucano, a ênfase no caráter de representação de interesses locais ou dos representados “diretamente”. Não seria esta uma pequena demonstração das diferenças entre um partido de quadros e um partido de massas, nos termos colocados por Duverger (1980)?

Com relação às questões de modernização e de reformas, o tema do corporativismo tem importante reverberação dentre os quadros tucanos¹⁹. Ao fazer um

¹⁷ <http://www.pt.org.br/reformapolitica/> (acesso em 08 de Junho de 2014).

¹⁸ idem.

¹⁹ Merece menção a semelhança (e, por que não dizer, coerência) entre esta visão do processo constituinte, a crítica ao corporativismo varguista e a formulação crítica do partido em relação ao governo petista, centrada no “aparelhamento” e “empreguismo” estatal e de cooptação de movimentos sociais. Ver CARDOSO (2011).

balanço dos 25 anos de promulgação da Constituição de 1988, José Serra (2013) definiu assim os termos das disputas políticas no período:

“O que se poderia chamar "esquerda", à época, era dominada pela concepção do Estado varguista e pelas ideias das décadas de 50 e 60, alienadas das mudanças que já estavam acontecendo no mundo. (...) Os dois lados [esquerda e direita] exibiram seu antagonismo --o que politicamente convinha a ambos-- com farta cobertura da imprensa. Não por acaso, os dois lados, com a cumplicidade de sucessivos governos, foram e continuam sendo integrantes ativos do mais consolidado de todos os partidos brasileiros: a Fuce --Frente Única Contra o Erário e a favor das corporações de interesses especiais. Ninguém e mais falsamente de esquerda do que ela. Ninguém é mais falsamente de direita do que ela. Ninguém, como ela, é tão objetivamente contra os interesses do Brasil e dos brasileiros.”

É também significativo que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ao citar o grande legado de seu governo, cite a “inserção do Brasil no mundo”. Poucas semanas após a criação do então novo partido, o mesmo personagem citaria a principal necessidade do Brasil em termos muito semelhantes:

“Mas, é que eu acho que nós estamos num momento que é necessário que as pessoas se comprometam com certas reformas. Reformas sociais, do Estado e com uma visão da vida econômica que não pode ser uma visão canhestra, passadista. O Brasil tem que se integrar numa economia do mundo”.

A análise destes fragmentos, ainda que parcial e em caráter exploratório, parece demonstrar que o programa do PSDB, passados mais de 25 anos de sua fundação, possui aspectos relevantes de continuidade por todo o período – o que aponta para um nível de coerência ideológica e de coesão do projeto político maior do que as aparências conceituais e linguísticas podem fazer supor.

Assim, volta-se à questão do caráter “social-democrata”, de “esquerda” ou “reformista” do PSDB quando de sua fundação vis-à-vis sua trajetória posterior, a qual revelaria uma movimentação relevante do partido no espectro ideológico. Os achados deste trabalho, de maneira diversa, vão ao encontro das hipóteses de Roma (op. cit) de um nível consistente de coerência ideológica entre o programa partidário fundacional do PSDB e o posterior governo capitaneado pelo mesmo.

Bibliografia

AMARAL, Oswaldo E. “O que Sabemos sobre a Organização dos Partidos Políticos: Uma Avaliação de 100 Anos de Literatura”. *Revista Debates*, v.7, n.2, Maio-Agosto de 2013.

AMES, B. “*Os Entraves da Democracia no Brasil*”. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO. SECRETARIA DA REFORMA DO ESTADO. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: MARE, 1995.

_____. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO. SECRETARIA DA REFORMA DO ESTADO. *Organizações Sociais. Cadernos MARE da Reforma do Estado*, v. 2. Brasília: MARE, 1997.

_____. *Mensagem Presidencial ao Presidente da Câmara Federal*. Brasília: mimeo, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A Social-Democracia: o que É, o que Propõe para o Brasil*. São Paulo: mimeo, 1990.

_____. *Discurso de Despedida do Senado Federal: Filosofia e Diretrizes de Governo*. Brasília: Presidência da República, 1995.

_____. “O Papel da Oposição”. *Revista Interesse Nacional*, ano 4, nº 13, Abril-Junho de 2011.

CHRISTIANO, Raul. *De Volta ao Começo: Raízes de um PSDB Militante, que Nasceu na Oposição*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FG, 1999

GUIMARÃES, Juarez. “As Razões do PSDB”. *Teoria e Debate*, Volume 82, Maio / Junho de 2009.

LAMOUNIER, Bolívar. “Estrutura institucional e governabilidade na década de 90”. In VELLOSO, J.P.R (org.). *O Brasil e as Reformas Políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: Organização e Poder nos Partidos Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo”. *Lua Nova*, nº 39, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. “Ama a Incerteza e Serás Democrático”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 9, Julho de 1984.

PSDB. *Manifesto ao Povo Brasileiro*. Brasília: mimeo, 1988.

_____. *Programa*. Brasília: mimeo, 1988.

_____. *Programa Partidário*. Brasília: PSDB, 2007.

ROMA, Celso. “A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, nº 49, Junho de 2002.

SALLES, João Moreira: "O Andarilho". *Piauí*, Edição 11, Agosto de 2007.

SERRA, José. “Defeitos da Constituição foram Obra do Atraso”. *Folha de São Paulo*, 05 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1352288-depoimento-defeitos-da-constituicao-foram-obra-doatraso.shtml> (acesso em 13 de Abril de 2014).

Sítios

Fundação Mario Covas – www.fundacaomariocovas.org.br

Projeto Memória Roda Viva - www.rodaviva.fapesp.br/

PSDB – www.psd.org.br

PT – www.pt.org.br

ANEXO I

Quadro de Transcrições de Entrevistas Consultadas – Projeto “Memória Roda Viva”

ENTREVISTADO	DATA DA ENTREVISTA
André Franco Montoro	25 de Janeiro de 1988
Fernando Henrique Cardoso	04 de Julho de 1988
Fernando Henrique Cardoso	11 de Março de 1991
José Serra	16 de Novembro de 1987
José Serra	29 de Outubro de 1990
Mario Covas	02 de Janeiro de 1989
Mario Covas	09 de Março de 1992

Fonte: Elaboração Própria